

A argumentação na impossível simetria do diálogo: a aquisição da linguagem em questão

Maria Fausta Pereira de Castro*

Em uma passagem do livro *O amor da língua (L'amour de la langue)*, Jean Claude Milner se detém na discussão sobre o modelo da comunicação afirmando que

[...] dois seres falantes são necessariamente e realmente distintos e, sob nenhum ponto de vista, a diferença entre eles pode ser aplainada – nem pelo conceito – eles não cessam de se escrever como discerníveis, e não pode haver nenhum real em que eles se simetrizem (1978, p. 101).¹

Tal modelo funcionaria então como uma máscara, que aplica à relação de “conjunção impossível” o princípio da simetria e do indiscernível, preenchendo a não-conjunção pela igualdade e simetria entre os termos.

Toda lingüística se apoiaria, em certo momento, sobre um modelo de comunicação. O de Saussure (1968), por exemplo, funcionando como representação, funcionaria também como máscara: dois sujeitos falantes, no circuito da fala, são considerados pelos traços que os igualam um ao outro. Poder-se-ia acrescentar, neste sentido, que mesmo quando os conceitos de parte ativa e de parte passiva do circuito são contemplados, eles se apresentam como momentos de alternância: ora o falante dá suporte ao circuito que vai do centro da associação à orelha do outro sujeito, ora na posição passiva, como ouvinte, estaria toda a parte do circuito que vai da orelha ao centro da associação. Como bem lembra Saussure, o

* Grupo de Pesquisa em Aquisição da Linguagem. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP. fausta@uol.com.br

¹ Todas as traduções dos textos de Milner para o português são de minha autoria.

“ato individual que permite reconstituir o circuito da fala” supõe ao menos dois indivíduos; “é o mínimo exigido para que o circuito seja completo” (Saussure, 1968, p. 27).

Ao procurar delimitar a abrangência do modelo da comunicação, Milner observa que, embora Chomsky negue explicitamente toda importância à função de comunicação para a teoria da linguagem, ele a projeta sobre um único indivíduo: “em lugar do conhecimento mútuo, a linguagem tem por função distinguir para o sujeito suas próprias representações”. Em Chomsky, reconhecer-se-ia o movimento pelo qual o autor projeta o par locutor-ouvinte sobre um sujeito falante único. Segundo Milner, há aí apenas “variações de estilo” do modelo da comunicação (op. cit., p. 101).

As observações de Milner não visam à crítica deste ou daquele autor. Seu objetivo é configurar uma questão, sempre presente, quando se considera a relação falante-interlocutor. De fato, para Milner, não se trata de atribuir à lingüística a ignorância do fato da disparidade. A “máscara”, mencionada há pouco, pela qual o autor caracteriza o fato de se sobrepor, ao fenômeno da “conjunção impossível”, o princípio da simetria, vem como suplência, forma explícita ou implícita de reconhecer o problema. Assim diz o autor:

[...] A não-conjunção é mantida na *mise-en-scène*, mas de tal modo que é sempre possível denegá-la e supri-la pela igualdade e a simetria de seus termos: a bem dizer, a linguagem, como conceito, e a língua, como suporte de um real, não são nada a mais do que esta própria suplência (Milner, op. cit., p. 102).

Para avançar em suas reflexões Milner passa pela filosofia e pela psicanálise, por Lacan mais especificamente, e a primeira é tomada como representante da tese clássica de que dois seres falam porque são marcados pela não-conjunção. O autor cita Gérard de Cordemoy – *Discours physique de la parole* (s.d.) – mas adverte que a tradição remonta a textos anteriores. Para ele a tese clássica toma sentido pela construção de um caso hipotético contrário: os anjos, por exemplo, não seriam limitados pelo obstáculo da não-conjunção; conheceriam imediatamente tudo uns dos outros e não teriam assim necessidade da linguagem. O ponto de passagem entre a tese filosófica e as formulações de Lacan está na hipótese que liga “a possibilidade da linguagem à existência de um certo impossível, marcando uma certa relação”. Para o filósofo, os termos desta relação são “sujeitos de representação”, dotados de corpo e alma, o primeiro representando esta última.

A relação é de conhecimento, mediado pela representação ou comunicação, e o impossível é sustentado pelo corpo (Milner, op.

cit., p. 100). Quanto a Lacan, este retoma da tese filosófica apenas o modelo, redefinindo tanto seus termos como a *relação* e o *impossível*.²

Neste trabalho tomo a disparidade do diálogo mãe (adulto)-criança como paradigma da não-conjunção pela visibilidade extrema da assimetria entre uma e outra, a começar pelo fato de que inicialmente só o adulto fala e fala para e pela criança, abrindo uma primeira questão para o investigador: qual o efeito da incidência da fala do outro sobre o corpo prematuro do *infans*?³

Minha questão é contudo agora o diálogo, ou melhor, a argumentação que se tece entre a fala da mãe e da criança. Tomando a argumentação como contraponto ou contenção da deriva e como fala dirigida a um outro,⁴ a partir de uma certa leitura que faço da formulação ducrotiana sobre o tema, será discutido o modo como ela promove no diálogo efeitos de conversão da disparidade em nivelamento da diferença, obliterando a “topologia da não-conjunção” (cf. Milner, op. cit.). Por outro lado, retomando a observação de Milner de que esta última se mantém em cena (cf. citação acima), procurarei apontar as brechas por que ela se deixaria ver.

O tema da argumentação tem sido formulado, e inúmeras vezes reformulado, na obra de Oswald Ducrot, cuja contribuição ao debate da questão é não só inegável como digno de nota.

Trabalhando há vinte anos com a “Teoria da Argumentação na Língua”, Ducrot, em colaboração com Anscombe e, mais recentemente, Marion Carel,⁵ sustenta atualmente a hipótese de que a argumentação é um encadeamento discursivo. Para chegar a esta formulação, o autor percorre um longo caminho que passa, entre outros pontos, pelo reconhecimento de certos limites de outras etapas de sua elaboração teórica, conhecidas como forma padrão e a teoria dos topoi argumentativos.

Diante da impossibilidade de apresentar aqui este debate travado no interior da própria teoria, recorro a uma citação um pouco longa; momento em que o autor explica porque se afasta da tradição da retórica. No artigo *Os topoi na “Teoria da Argumentação na Língua”*, Ducrot discute inicialmente o que ele considera um erro cometido na sua abordagem do problema.

² A proposta de Lacan vai além da questão visada neste artigo e será retomada no quadro de uma reflexão, já iniciada, sobre corpo e linguagem (ver nota 3).

³ Ver Pereira de Castro (2003) *Apontamentos sobre o corpo da linguagem*.

⁴ Pereira de Castro (2001)

⁵ Refiro-me a um texto distribuído por Ducrot e Carel (s.d.), durante o seminário ministrado pelos autores em 11 de setembro de 2001, no Instituto de Estudos da Linguagem, IEL/UNICAMP.

Nós nos enganamos na medida em que pensávamos mostrar como e por que é possível “argumentar” com as palavras da língua. O que de fato mostramos, a meu ver, é que é impossível argumentar com as palavras, que nossos discursos, mesmo que sejam comumente qualificados de “argumentativos”, não correspondem a nada do que se entende por argumentação, ou ainda que a argumentação é uma miragem. Tem-se observado bastante freqüentemente que os discursos que dizem respeito à vida cotidiana não podem constituir “demonstrações” ainda que num sentido pouco lógico do termo: Aristóteles o disse, opondo à demonstração necessária do silogismo a argumentação incompleta e somente provável do entimema; Perelman, Grize, Eggs, insistiram nessa idéia. No começo pensávamos nos situar numa tal tradição, tendo por simples originalidade relacionar à natureza da linguagem essa necessidade de substituir a argumentação à demonstração: pensávamos encontrar nas palavras da língua a causa ou o sinal do caráter fundamentalmente retórico, ou, como dizíamos, “argumentativo” do discurso. Mas parece que somos levados a dizer muito mais. Não somente as palavras não permitem a demonstração, como tampouco permitem esta forma degradada da demonstração que seria a argumentação. Esta também é tão somente um sonho do discurso, e nossa teoria deveria antes se chamar “teoria da não-argumentação” (Ducrot, op.cit., p. 1).

Por que esta declaração tão franca?

Trata-se de uma procura de coerência com o estruturalismo saussureano, explicitada através da análise dos objetivos que comandaram, desde o início, a constituição da teoria da Argumentação na Língua (ANL): de um lado, a fidelidade à concepção saussureana do signo, mas, ao mesmo tempo, a hipótese de que o signo completo é a frase. De outro, esta consideração da frase como o signo completo acarreta um segundo objetivo, qual seja, o de descrever semanticamente a frase no quadro geral do estruturalismo saussuriano. É assim que o autor toma uma importante decisão metodológica: a descrição da frase não passa pela alusão a qualquer conhecimento prévio das propriedades do mundo nem do pensamento; aplica-se às frases o que Saussure diz para o signo: seu valor só se constitui pelas relações que se estabelece com outras frases da mesma língua.⁶

Note-se que a assunção desta perspectiva proporciona importantes avanços para a teoria, dentre eles uma interrogação sobre o papel dos topoi: não seriam eles também externos à linguagem?

⁶ Ver a análise detida que Cláudia Mendes Campos (em preparação e ainda sem título definido) faz das mudanças que se operam no ponto de vista ducrotiano.

Por outro lado, e é este o ponto que interessa diretamente a este trabalho que se detém na análise da argumentação na fala da criança, avança-se também na definição da argumentação. Primeiro, em um trabalho em colaboração com Anscombe (sem referência), mas também presente na “Apresentação da teoria dos blocos Semânticos” (2001) em co-autoria com Marion Carel (2001).⁷ Carel e Ducrot assim formulam sua hipótese:

o sentido de uma entidade lingüística não é constituído pelas coisas ou fatos que ela denota, nem pelos pensamentos ou crenças que ela exprime, mas por certos encadeamentos discursivos que ela evoca, a saber as “argumentações”: uma argumentação é um discurso (ou ainda um encadeamento) do tipo x conectivo y. (Carel e Ducrot, 2001. Aspas dos autores).

Sirvo-me desta citação pontualmente, sem necessariamente aderir à teoria dos blocos semânticos a que serve de introdução. Meu objetivo é dar ênfase ao alcance de tal formulação para o estudo da argumentação na fala da criança ou o estudo deste “sonho do discurso” ou ainda desta “miragem”, “ilusão argumentativa produzida pelo discurso”, palavras ducrotianas que tão bem se aplicam à argumentação infantil.

De um lado, para os autores citados, o sentido dá-se *a posteriori*, pelos encadeamentos lingüístico-discursivos evocados. Por outro, as argumentações não se constituem como uma atividade metalingüística, elas são o próprio tecido do texto: “a argumentação é um discurso” ou encadeamento, dizem os autores, e como funcionamento que resiste à dispersão, constitui o sentido; dirige o diálogo ou o texto.

Finalmente, outra implicação desta tese está na própria citação: a separação entre sentido e denotação, mas sobretudo a recusa de qualquer hipótese que explique a argumentação e o sentido pelo recurso ao que se processa fora da linguagem, “pelo pensamento ou crenças” (cf., para estas considerações, Pereira de Castro, 2001).

Os episódios que apresento a seguir, já apresentados em outros trabalhos, mas que continuo reanalisando até hoje, são aqui trazidos para mostrar como se relacionam às questões até agora levantadas sobre o diálogo e sobre argumentação no diálogo. De fato, embora domine a singularidade na fala da criança, com todos os efeitos que isso promove na fala e na interpretação do adulto, a argumentação como encadeamento pode ser tomada pelos seus

⁷ Refiro-me com esta data ao seminário mencionado na nota 5, de cujo texto extraí a citação acima.

efeitos de contraponto ou contenção da deriva, seja ela miragem, ilusão ou sonho do discurso. Nesse sentido, ela é *locus* privilegiado para se pensar uma certa homogeneização, uma aproximação da fala do adulto, movimento por que se observa, em certos episódios, como tem apontado de Lemos, a criança à escuta de sua própria fala e dos efeitos que ela promove sobre o outro (de Lemos, 2002, entre outros). Do mesmo modo se pode entender o que afirmei acima, isto é, que a argumentação, por estes mesmos efeitos, converte a disparidade do par adulto-criança, em nivelamento da diferença, obliterando a não-conjunção de que fala Milner. É voltada para esta questão que apresento e analiso os diálogos abaixo, procurando focalizar nesta reanálise os pontos que dizem respeito à questão posta por este trabalho.

Um curto episódio da fala de uma criança mostra como uma seqüência de argumentos sustenta um sistema de oposições entre cores/luminosidade na estrutura do tipo x conectivo y (é x porque é y).

- (1) A criança, ao olhar para um vidro de xampu, no banheiro, diz:
V. *O xampu é vermelho.*
Mãe: *Não, é verde.*
V. *É verde porque é escuro.*
Meu quarto também é verde porque é escuro
O escritório é vermelho porque é claro (o quarto e o escritório a que se refere a criança eram de cor gelo) (V. 3: 4; 15)

Note-se que a criança se mostra sensível à fala do adulto, mas imediatamente dispara uma seqüência de argumentos que se relacionam pela oposição/aproximação de palavras de um mesmo universo semântico. A atenção à correção que faz a mãe não a leva à escuta da distância entre o que diz sobre eles e os objetos denotados, já que quarto e escritório são da mesma cor e esta não coincide com as cores mencionadas pela criança. Entretanto, é menos a discrepância em relação à ordem das coisas do que a repetição de uma estrutura que considero neste momento, para acentuar o efeito de referencialidade interna que ela acarreta, a relação com o texto e com os “encadeamentos discursivos” evocados.

Tomo agora um outro episódio pelo que ele pode mostrar da escuta pela criança de sua própria fala e dos (possíveis) efeitos no interlocutor.

- (2) Mãe e criança assistem a um desenho animado. D. pede paçoca. A mãe vai buscar. Na volta, a criança diz:
D. *Sabe porque eu disse isso?*
Não é por causa que você não gosta de desenho, é porque tá alta a paçoca. (D. 4: 3; 1)

De fato, é a partir da posição subjetiva da criança que se pode aqui pensar a argumentação: os argumentos latentes, linguisticamente marcados no sintagma pela negação (“não é por causa que você não gosta de desenho...”) fazem texto com o enunciado manifesto e promovem como efeito uma “configuração de intenções” (“não pense que eu penso que você não gosta...”).

Estes breves diálogos deixam ver um funcionamento que sustenta o sentido, encadeamentos que se contrapõem à deriva: se no primeiro a aparente coesão se mantém na passagem da referencialidade externa para a interna, sustentada pela repetição da estrutura x conectivo y, no segundo é a escuta da possível escuta do outro que está sob efeito das evocações. Este último episódio se caracteriza por uma certa aproximação da fala da criança à fala ou argumentação do adulto ou, em outras palavras, pelo que da fala da primeira se pode inferir como escuta dos efeitos que os “encadeamentos discursivos evocados”⁸ podem promover no outro.

Passo a um terceiro episódio. Ele é apenas um entre tantos outros em que a fala da mãe e do pai de V. aparece como uma citação deslocada, mas ainda assim facilmente reconhecível aos olhos do investigador. De fato, os pais sempre procuravam convencer a criança a comer, através do argumento de que era preciso *comer para crescer*. Inúmeros episódios levantados no *corpus* desta criança permitem verificar o efeito discursivo-textual das advertências dos pais que deixam na fala da criança um rastro de argumentos sustentados pela estrutura x conectivo y.

- (3) (V. comendo na hora do almoço)
V. *Agora não quero mais, manhê.*
M. *Por que você não quer mais?*
V. *Por que agora eu não quesci, mãe?* (V. 3: 5; 11)

Note-se que se trata aqui de um encadeamento singular, um instante de quebra, em a que a não-conjunção ou dessimetria se deixa entrever na *mise en scène*, como observa Milner. À pergunta da mãe, V. responde com uma outra pergunta, pela qual remete ao

⁸ Cf. citação de Ducrot/Carrell acima.

momento da enunciação, marcado pelo dêitico “agora”, um acontecimento não discreto, isto é, um processo - o crescimento da própria criança - que não se configura por um desfecho pontual e imediato, como comer e imediatamente crescer, mas por uma sucessão de fases.

O arranjo peculiar deste enunciado marca, ao mesmo tempo, a presença da fala do outro, já que é através de seus fragmentos que ele se constitui, mas também a sua ausência, pois um argumento habitualmente presente na fala do adulto nas situações em que V. se recusa a comer – “*é preciso comer para crescer, quem não come não cresce etc...*” – está, desta vez, ausente. Este fato explicaria porque, diante da pergunta do adulto, a criança responde com outra pergunta, introduzida por “*por que agora...*”. Neste intervalo entre *presença* e *ausência* é que se reconhece a posição subjetiva da criança: sua pergunta-resposta é determinada pela fala do outro. Nesse sentido, vale a pena frisar, que se a disparidade, como se disse acima, é visível, não é menos verdade que a presença da fala do outro na pergunta da criança evoca o encadeamento entre comer e crescer, que já circulou inúmeras vezes no diálogo entre o adulto e a criança e que garante um certo sentido ao enunciado.

Pode-se dizer que este episódio não é como os outros aqui trazidos. O que o caracteriza é um processo de substituição que remete ao eixo associativo da língua e que resulta em uma pergunta, no lugar de uma resposta, em que se articulam fragmentos de diálogos anteriores entre o adulto e a criança.

Note-se que, ao falar de encadeamento argumentativo, Ducrot (op. cit.) vai excluir as relações associativas, afirmando que é preciso determinar aquelas que serão levadas em conta “pois é muito claro que há sempre alguma relação entre uma frase e qualquer outra”. Se as paradigmáticas ou associativas têm por “termos elementos da língua, as frases, não são elas próprias de tipo lingüístico” (Ducrot, op. cit., p. 2-3).⁹

Para o autor, trata-se claramente de considerar somente as relações sintagmáticas e “caracterizar uma frase por suas possibilidades de combinação com outras frases no encadeamento do discurso, notando, por exemplo, o que pode seguir ou preceder um enunciado desta frase” (Ducrot, idem, p. 3).

* Devo observar aqui que este comentário do autor segue-se a um outro sobre o trabalho de R. Martin em seu livro *Inferência, antonímia e paráfrase* (sem referência bibliográfica). Para Ducrot, as relações paradigmáticas na argumentação mobilizariam noções como *condições de verdade das frases*, o que acarretaria uma reflexão do tipo lógico que, por sua vez é incompatível com o projeto estruturalista que Ducrot se propõe na sua teoria da argumentação na Língua (ANL).

Note-se que é também no sentido das restrições que afirmo que a argumentação deva ser caracterizada como contraponto ou contenção da deriva. O episódio em questão, contudo, vem mostrar a imprevisibilidade no encadeamento ou a possibilidade de que a argumentação – como contraponto à deriva – não deixe de ser por ela afetada.

É o que discute Milner (op. cit.) ao falar de um processo de subjetivação que pode operar em qualquer ponto da cadeia. “O ponto de subjetivação é sempre um entre outros, e apenas circunscrita a cadeia em que ele se distingue, mil outras cadeias análogas surgem” (op. cit., p. 104). É ainda também o que trata de Lemos, ao discutir as relações entre os eixos associativos e sintagmáticos em Saussure. Segundo a autora, “[...] qualquer elemento pode abrir espaço para outros, o que significa que a estratificação da cadeia em palavras ou em frases corre sempre o risco de se desfazer e de se refazer” (de Lemos, 1995, p. 15).

Poder-se-ia então perguntar: não estaria aí o espaço da não-conjunção?

De fato, como observei acima, o episódio (3) deixa entrever a não-conjunção, o que nos remeteria a uma outra questão: é possível pensar a argumentação na fala da criança sem distanciar-se do modelo da comunicação?

A resposta desta vez é negativa, embora eu tenha procurado mostrar neste artigo que a argumentação na aquisição de linguagem é um dos lugares por que se nivelam ilusoriamente, como uma miragem como quer Ducrot, as diferenças ou dessimetrias entre a fala da criança e a fala do adulto, oferecendo assim a possibilidade para que atue a máscara do modelo da comunicação. Mesmo em um episódio como (3), cujas características singulares procurei ressaltar, reconhece-se a citação deslocada, o rastro do argumento dos pais que sustenta o diálogo entre adulto e criança e que dá um certo sentido ao enunciado desta última.

Fato que me remete de novo a Milner, com quem iniciei e encerro este trabalho. Para o autor, a *linguagem* como conceito e a *língua* como suporte de um real atuam como suplência da disparidade. Assim conclui Milner:

[...] elas [a língua e a linguagem¹⁰] suprem o hiato, convertem magicamente os efeitos deste em um igual número de marcas contrárias: a topologia da não-conjunção torna-se espaço da comunicação, a heterogeneidade dos seres falantes conta-se como homogeneidade dos

¹⁰ Nota minha.

parceiros da troca, a migalha de locução se faz mensagem (Milner, op. cit, p. 102).

Referências

- DE LEMOS, C. T. G. Língua e discurso na teorização sobre Aquisição de Linguagem. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 9-28, 1995.
- . Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, v. 42, p. 41-70, 2002.
- DUCROT, O. Os Topoi na “Teoria da Argumentação na Língua”. *Revista Brasileira de Letras*. São Carlos, v. 1; n. 1, p. 1-11, 1999.
- MILNER, J. C. *L'amour de la langue*. Paris: Seuil, 1978.
- PEREIRA DE CASTRO, M. F. A argumentação na fala da criança: entre fatos de língua e de discurso. *Lingüística*. São Paulo, v. 13, p. 61-80, 2001.
- SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1968.